

Como seria o governo do 'Centrão' 12 NOV 1967

Brasília — José Varella

Cardoso Alves, "primeiro-ministro", forma seu gabinete

BRASÍLIA — O líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço, famoso por sua falta de sutileza nos debates em plenário com a esquerda, foi indicado para os ministérios da Justiça e das Relações Exteriores. Conhecido pelas suas viagens ao exterior e a fama de distribuir condecorações, o governador José Aparecido teve o nome apontado para o ministério do Turismo. O presidente da UDR, Ronaldo Caiado, ganhou por unanimidade o ministério da Reforma Agrária. E, como "representante da esquerda", o senador João Calmon (PMDB-ES) ganhou o Ministério da Educação. Para o Gabinete Militar, outra escolha unânime: o general Newton Cruz. Já o deputado Delfim Netto (PDS-SP) só ganhou o ministério da Fazenda depois de algumas "negociações" entre PMDB e PFL.

A composição do gabinete a ser presidido pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) provocou gargalhadas no plenário da Comissão de Sistematização, pouco antes da sessão da tarde, entre constituintes de quase todos os partidos. A brincadeira começou porque o deputado José Genoíno (PT-SP) lembrou que *Robertão*, como maior líder do *Centrão*, deveria ser o primeiro-ministro se aprovado o parlamentarismo.

Militares, não — Entre gargalhadas, o *primeiro-ministro* Roberto Cardoso Alves formou rapidamente seu gabinete: Cultura, Newton Cardoso; Agricultura, José Egreja (PTB-SP); eleito pela UDR; Educação, João Calmon (embora Genoíno dissesse que ele estava demais à esquerda para o gosto do *primeiro-ministro*); Indústria e Comércio, Afif Domingos (PL-SP); Reforma Agrária, Ronaldo Caiado; Ciência e Tecnologia, Roberto Campos ("principalmente por sua posição em defesa da reserva de mercado", explicou *Robertão*); Minas e Energia, Abi-



Robertão (E) e Genoíno: humor une extremos

Ackel; Trabalho, Ary Campista; Turismo, José Aparecido; e Banco Central, Assis Paim Cunha, principal nome do escândalo Coroa-Brastel.

Duas indicações feitas por parlamentares e jornalistas foram imediatamente vetadas. O senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria, foi barrado por ter votado demais à esquerda, principalmente depois que aprovou o monopólio na distribuição dos derivados de petróleo. E o senador Carlos Chiarelli, apontado para o Ministério da Previdência, foi excluído porque votou pela estabilidade.

Só não foram indicados os ministros militares porque, segundo Genoíno, isso seria da competência do presidente da República. No entanto, o nome mais lembrado para o ministério da Aeronáutica foi o do brigadeiro reformado João Penido Burnier, envolvido no caso Parasar, em 1968, e no desaparecimento do preso político Stuart Edgard Angel, filho da estilista Zuzu Angel, que levou o caso ao Senado e ao Departamento de Estado dos Estados Unidos.

Primeira reforma — Informado de que tinha sido indicado para o ministério da Justiça, o deputado José

Lourenço disse que aceitava o cargo porque assim poderia mandar Genoíno "para a cadeia". Quando lhe disseram que fora também apontado para o Itamarati, Lourenço disse que, como chanceler, aproximaria o Brasil do Primeiro Mundo e ajudaria muito o Terceiro.

No entanto, o *primeiro-ministro* decidiu promover uma imediata "reforma do Conselho". Tirou Newton Cardoso da Cultura e designou para o cargo o senador Afonso Arinos. Campista também foi exonerado do Trabalho e, para seu lugar, escolhido o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Paulo, Luís Antônio Medeiros, que havia elogiado a política de preços da Autolatina.

Como Lourenço dissesse que preferia o Itamarati, *Robertão* nomeou o consultor-geral da República, Saulo Ramos, para o ministério da Justiça. O deputado Afif Domingos foi derrubado do MIC, e a pasta permaneceu aberta para "negociações". Cardoso Alves mudou ainda o titular do ministério da Agricultura. Para lá foi o deputado Arnaldo Rosa Prata (PMDB-MG). No entanto, essa alteração não deverá afetar a política do ministério. Rosa Prata também pertence à UDR.